

PROJETO FARFALLE: ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO E REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Saúde

Coordenador da atividade: Clarissa DE ANTONI¹

Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSPA)

**Autores: Arthur AIRES², Aline Cristiana Pedruzzi WOLFART³, Amanda DECKER⁴,
Carolina Pietro FERRAZZA⁵, Júlia Bem PADILHA⁶, Júlia Cenci MARTINOTTO⁷,
Marina Dadico Amâncio DE SOUZA⁸, Yndyne Francycane Silva de ALMEIDA⁹**

Resumo

A violência contra a mulher se configura como um fenômeno complexo e multifatorial. Atualmente é compreendida como uma questão de saúde pública, pela alta incidência de casos existentes. Esse projeto tem como objetivo a reflexão sobre a violência contra a mulher por meio de diferentes ações. As/o extensionistas realizam diversas atividades, porém neste trabalho será apresentada a ação direta com as mulheres envolvidas em situação de violência denominada Acolhimento emocional, que é uma escuta qualificada, humanizada e com base em uma técnica psicológica. Esse acolhimento ocorre em uma sala reservada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Porto Alegre (DEAM). O tempo varia conforme a demanda da mulher acolhida e o principal objetivo é diminuir a ansiedade e organizar os pensamentos para que o relato da situação vivida contenha os aspectos mais relevantes no processo judicial. Esse projeto existe desde 2018 e atualmente estão vinculados oito alunos de graduação do Curso de Psicologia. Resultados: São acolhidas cerca de quinze mulheres por semana em cinco turnos diferentes. Constata-se o aprendizado aprofundado dos discentes sobre o tema e sobre as intervenções, além do desenvolvimento de habilidades como empatia, saber ouvir, entre outros. Observa-se também o benefício para as mulheres em situação de violência ao promover apoio emocional em uma situação difícil e, para os policiais plantonistas da DEAM, na facilidade e organização dos fatos afim de um depoimento mais eficaz no boletim de ocorrência.

Palavras-chave: violência de gênero; mulher; acolhimento emocional.

¹ Clarissa De Antoni, servidora docente do curso de Psicologia

² Arthur Aires, aluno do curso de Psicologia

³ Aline Cristiana Pedruzzi Wolfart, aluna do curso de Psicologia

⁴ Amanda Decker, aluna do curso de Psicologia

⁵ Carolina Prietto Ferrazza, aluna do curso de Psicologia

⁶ Júlia Bem Padilha, aluna do curso de Psicologia

⁷ Júlia Cenci Martinotto, aluna do curso de Psicologia

⁸ Marina Dadico Amâncio de Souza, aluna do curso de Psicologia

⁹ Yndyne Francycane Silva de Almeida, aluna do curso de Psicologia

Introdução

O “Projeto de Extensão Farfalle: espaços de acolhimento e reflexão sobre a violência contra a mulher” engloba além da extensão, o ensino e a pesquisa. Trata-se uma ação conjunta entre a Universidade e a esfera de segurança pública, com interface entre Saúde e Direitos Humanos, justamente por suas ações estarem relacionadas com a questão do enfrentamento da violência contra a mulher. A violência contra a mulher se configura como um fenômeno complexo e multifatorial. Atualmente, é considerada de extrema relevância e compreendida como uma questão de saúde pública, pela alta incidência de casos existentes. Frente a isso, uma série de políticas, estratégias e programas estão sendo realizados para o enfrentamento dessa violência, advindas a partir da Lei 11.340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha. Essa medida cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres nessa situação, independentemente de suas condições e características.

O Projeto Farfalle busca amenizar o sofrimento de mulheres frente às situações geradoras de ansiedade, como a denúncia da violência pelo ofensor, geralmente um cônjuge ou ex-cônjuge. As discentes conversam com as mulheres que estão aguardando serem ouvidas pelos plantonistas na delegacia em uma sala reservada, fornecendo apoio emocional. A execução do projeto se dá através da atuação de oito extensionistas (uma bolsista e sete voluntários) do Curso de Psicologia, que revezam entre si os dias da semana, passando quatro tardes e uma manhã no local. A iniciativa surgiu na organização policial em 2018, em virtude da relação de apoio entre a Professora Clarissa De Antoni, do Departamento de Psicologia, UFCSPA e a Delegada Tatiana Bastos. Anteriormente, ações semelhantes foram desenvolvidas no Projeto Borboleta durante 2015 a 2018 nas 1ª e 2ª Varas de Violência doméstica contra a Mulher no Poder Judiciário do RS.

Em relação ao ensino, os extensionistas se envolvem em reuniões da rede, viabilizando o conhecimento sobre os órgãos envolvidos na promoção à saúde da mulher em situação de violência (uma reunião por mês, com participação de profissionais de diferentes instituições, como hospitais de referência, polícia civil, polícia militar, casas de acolhimento, entre outros). Participam das aulas da disciplina eletiva Violências nas Conjugalidades (30 horas) e participam de supervisão semanal com a coordenadora do projeto para manejos de situações, organização das tarefas, elaboração de apresentação em eventos de extensão e outras demandas do projeto. Elaboram estudos de caso que são discutidos em sala de aula. Em relação a pesquisa,

é realizado um levantamento documental. Portanto, objetiva-se promover e ampliar espaços de escuta, reflexão e orientação a respeito de temas relacionados à violência contra a mulher e aos procedimentos legais envolvidos nesse fenômeno.

Metodologia

Acolhimento às mulheres em espera para realizar a denúncia: Trata-se de uma escuta qualificada, acolhedora e informativa. O acolhimento pode ser realizado por uma extensionista ou em dupla. É realizado em uma sala reservada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Porto Alegre. Materiais: São preenchidos os seguintes instrumentos: um formulário de dados e um protocolo de avaliação de risco para a violência (auto-aplicável) e, se possível, fornecidos materiais instrucionais e outros materiais conforme a demanda. Etapas: Os discentes se apresentam para as mulheres na recepção e se colocam à disposição para conversar na sala de acolhimento, em especial em casos em que a mulher esteja demasiado ansiosa ou depressiva ou exija algum manejo específico. Na sala de acolhimento, os alunos realizam uma escuta qualificada das demandas da vítima e buscam diminuir sua ansiedade e acolher suas angústias. Ouvindo o discurso das mulheres, os extensionistas tentam também identificar fatos que não tenham sido abarcados pela vítima nos documentos que levará para realizar o depoimento. Ao final, os extensionistas auxiliam a mulher a organizar o ocorrido em formato de texto no formulário de dados, facilitando a comunicação que ocorrerá com o plantonista. Caso a mulher não tenha uma rede de apoio fortalecida ou não possa voltar para casa, os discentes acionam a estagiária de serviço social da delegacia, que realiza os devidos encaminhamentos.

Desenvolvimento e processos avaliativos

Em relação à extensão, são acolhidas em média 50 mulheres por mês, em cinco turnos semanais. O projeto privilegia a qualidade do atendimento e não a quantidade de mulheres acolhidas. Cabe ressaltar que todas as mulheres que querem conversar são ouvidas e muitas encaminhadas para serviços de atendimento psicológico na rede referenciada, em especial através do trabalho conjunto dos acolhedores com a estagiária de serviço social. Os discentes desenvolvem a habilidade de ouvir sem realizar julgamento e de se aproximar de uma realidade difícil e desafiadora com empatia. Por se tratar de uma tarefa contínua, uma vez que há sempre mulheres em espera por atendimento na delegacia, existe uma demanda constante por esse tipo de intervenção. Em termos teóricos, os discentes participam de uma disciplina eletiva de 30 horas sobre Violências nas conjugalidades, na qual é abordado temas sobre os tipos de violência

conjugal e de gênero, estupro, masculinidades, abordagens psicoterápicas, entre outros aspectos. Além da supervisão semanal para manejo dos casos. Dessa forma, os alunos são preparados para a atividade com engajamento social e político, sendo essas experiências o que os torna pessoas mais comprometidas com a mudança de relações afetivas e sociais de maior equidade e sem violência. São realizadas reuniões periódicas com a Delegada titular, os plantonistas, a coordenadora da área da Saúde da Polícia Civil, a coordenadora do projeto e os discentes. Essas reuniões servem para alinhar as tarefas e manejos e avaliar se os objetivos estão sendo alcançados.

Considerações finais

Desse modo, conclui-se que os objetivos foram e continuam a ser alcançados, visto que o aprendizado de todos os envolvidos é constante. O projeto envolve outras ações que complementam o acolhimento, como o conhecimento da rota crítica das mulheres na rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar, a familiarização da rede de acolhimento institucional e os órgãos envolvidos na proteção das vítimas e na promoção à saúde, e estudos aprofundados sobre o tema. Espera-se que esse projeto se amplie para outros espaços e atinja mais pessoas, objetivando a mudança social como sua meta final.

Referências bibliográficas

BRASIL; BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução ... Diário Oficial da União, 2006.